Nº 1 / Ano 1

Conselho Municipal de Educação

novembro de 2010

Rodolfo Osvaldo Konder
Jornalista responsável

EDITORIAL

O Boletim Informativo do **Conselho Municipal de Educação de São Paulo – CME** – pretende ser um canal aberto para possibilitar a comunicação com a comunidade educacional paulistana.
A presente edição retoma iniciativa anterior, da década de XX, mas apresenta um novo formato, sugerido por seu editor, o jornalista e Conselheiro Rodolfo Konder. Assim, periodicamente, teremos as seguintes seções:
Entrevista – espaço reservado para se ouvir educadores basilares, relacionados com as questões da educação na cidade de São Paulo;
Homenagem – seção reservada para reverenciarmos grandes educadores que nos deixaram legados importantes e que merecem ser retomados;
Destaques – neste espaço, fatos ou notícias serão veiculados, buscando dar visibilidade a ações que mereçam destaque;
Frases para guardar – importantes pensadores serão relembrados ao utilizarmos alguns de seus pensamentos para reflexão;
Processos julgados pelo CME – a cada período, informaremos os processos por este colegiado analisados, no sentido de prestação de contas à rede de ensino da capital paulista;
Artigo – reprodução de um artigo publicado em jornal de ampla circulação e que mereça destaque por seu tema e sua oportunidade;
Poema – um convite à fruição.
Boa leitura!

Consª Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos
Presidente do Conselho Municipal de Educação - SP

NESTA EDIÇÃO

Entrevista com Conselheiro João Gualberto de Carvalho Meneses
Homenagem ao Conselheiro José Querino Ribeiro
Poema: Remorso" (Jorge Luis Borges)
Documentos aprovados e atividades desenvolvidas pelo CME
Artigo: Plano Municipal de Educação
Destaques

FRASE PARA GUARDAR

"[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática".

Paulo Freire (2005, p. 9)

FREIRE, Paulo. "Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa". 31ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MINI-ENTREVISTA

CONSELHEIRO JOÃO GUALBERTO DE CARVALHO MENESES
(Ex-Secretário Municipal de Educação de São Paulo;
Ex-Presidente do CME;
atual Presidente da Câmara de Normas, Planejamento e Avaliação Educacional)

1. Como se iniciou sua relação com o Conselho Municipal de Educação de São Paulo?

Resposta: O Conselho Municipal de Educação foi criado pela Lei nº 10.429, de 24 de fevereiro de 1988. Os Conselheiros foram nomeados e empossados e o Conselho iniciou suas atividades. Na gestão do Prefeito Paulo Salim Maluf, o Vice-Prefeito Sólon Borges dos Reis exerceu também o cargo de Secretário Municipal de Educação. A pedido do Professor Sólon, elaborei um projeto de Decreto, aprovado pelo Secretário, para reorganizar o Conselho Municipal de Educação e fazê-lo funcionar. Pelo Decreto nº 33.892, de 16 de dezembro de 1993 as atividades do Conselho foram reiniciadas. Juntamente com outros oito, fui nomeado Conselheiro, com mandato de 6 anos (1994-2000) e eleito Presidente. Foi assim que se iniciou minha participação nas atividades do Conselho Municipal de Educação.

2. Quais foram suas experiências mais marcantes no trabalho do Conselho?

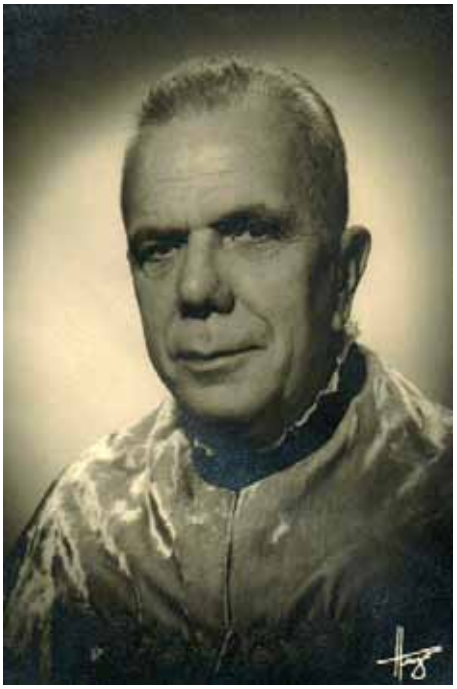
Resposta: O Conselho tem 3 funções básicas: é o órgão normativo, deliberativo e consultivo do sistema municipal de ensino. São frequentes medidas importantes para o funcionamento das escolas de São Paulo. Nestes últimos anos tivemos, entre tantas, a Indicação para a elaboração do Plano Municipal de Educação, a Deliberação para instituição do Ensino Fundamental de 9 anos, e muitos pareceres orientadores para o sistema de ensino. O Plano Municipal de Educação está mobilizando a cidade de São Paulo em reuniões e debates, além das discussões abertas na Câmara Municipal. A proposta das normas para a implantação do ensino fundamental de 9 anos ensejou a formação de Comissão Conjunta dos Conselhos Estadual e Municipal, com a participação de representantes de entidades do magistério. Fato inédito. São exemplos de experiências de participação popular, nas questões de ensino.

3. Qual o papel mais relevante do Conselho e o que se pode prever em relação ao seu futuro?

Resposta: Creio que cumprir integralmente suas funções é fundamental. Agora, o que se espera, é a consolidação dos sistemas municipais de ensino. É necessária a construção de um Sistema Nacional de Educação articulador do regime de colaboração. São necessárias normas nacionais que assegurem a identidade do sistema BRASILEIRO de ensino. Mas, deve-se ter em conta que o Brasil é uma República Federativa composta da União Federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos MUNICÍPIOS. Caberá aos Conselhos de Educação o estabelecimento de normas para, respeitada a identidade nacional, manter e desenvolver as nuanças regionais e locais.

HOMENAGEM

Conselheiro **José Augusto Dias**
indica o educador a ser homenageado no Boletim nº 01



José Querino Ribeiro

"**JOSÉ QUERINO RIBEIRO**, que conheci como seu aluno e depois como colega de trabalho, deixou-me uma impressão duradoura como homem de notável erudição e de coração magnânimo. Suas aulas eram objetivas e interessantes. Dominava amplamente as matérias de sua especialidade – Administração Escolar e Educação Comparada – e costumava enriquecer a exposição com citações de fatos históricos. Era formado em História e recomendava aos alunos que estudassem essa disciplina. Publicou diversos trabalhos relevantes, dentre os quais o Ensaio de uma Teoria da Administração Escolar, livro que se tornou clássico na bibliografia educacional, uma das mais importantes contribuições brasileiras para o balizamento científico dos estudos de administração aplicada ao setor educacional.

Escreveu também a monografia Pequena Introdução aos Estudos de Educação Comparada, publicada por um dos boletins da FFCL – USP e que também constitui trabalho pioneiro sobre o assunto em nosso país. Dotado de uma personalidade nobre, generosa e justa; um homem bom,solidário, sempre pronto a dar atenção a quem precisasse de apoio e orientação. Ocupa lugar de destaque no rol dos grandes educadores brasileiros."

POEMA

"Remorso"
(Jorge Luis Borges*, in "La Moneda de Hierro", 1976).

Cometi o pior pecado que um homem pode cometer. Não fui feliz.
Que os ventos gelados do esquecimento me arrastem e me percam, sem piedade.
Meus pais me criaram para o jogo arriscado e atraente da vida, para a Terra, a água, o ar, o fogo. Enganei-os.
Não fui feliz.
Sua jovem vontade não foi cumprida. Minha mente se aplicou às simétricas porfias da arte, que nada entretêm.
Deram-me valor. Não fui valente.
Ela não me abandona. A sombra de ter sido infeliz está sempre ao meu lado.

* Jorge Luis Borges, nascido na Argentina em 24 de agosto de 1899, foi poeta, romancista, contista e ensaísta.

PARECER Nº Publicação	RELATOR (ES)	INTERESSADO (S)	ASSUNTO
156 19/03/10 pág. 14	**Conselheiro Marcos Mendonça**	Escola Jardim Colibri, Escola Jardim Infância Margarida e Centro de Recreação Infantil Rumo do Girassol	Consulta sobre a idade para matrícula no ensino fundamental nas escolas que seguem a Pedagogia Waldorf
157 19/03/10 pág. 14	**Coselheiro João Gualberto de C. Meneses e Consª Hilda Martins F. Piaulino**	Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB	Relatório de Prestação de Contas do FUNDEB, do ano de 2007
158 27/03/10 pág.12	**Conselheira Antonia Sarah Aziz Rocha**	Centro de Recreação e Orientação Infantil Trafunet	Recurso contra o indeferimento do pedido de autorização de funcionamento
159 01/04/10 pág. 12	**Conselheira Maria Lúcia Marcondes C. Vasconcelos**	EMEFM Vereador Antonio Sampaio	Relatório do desenvolvimento do curso técnico de Informática, em 2008
160 01/04/10 pág. 12	**Conselheria Maria Lúcia Marcondes C. Vasconcelos**	EMEFM Professor Derville Allegretti	Relatório de desenvolvimento dos cursos de educação profissional técnica de nível médio e do Curso Normal, em 2007 e 2008
161 01/04/10 pág. 12	**Conselheiro Rui Lopes Teixeira**	Tic Tac Recreação e Educação Infantil	Recurso contra o indeferimento do pedido de autorização de funcionamento
162/10 27/05/10 pág. 14	**Conselheira Zilma de Moraes Ramos de Oliveira**	EEI Leãozinho Dourado	Recurso contra o indeferimento do pedido de autorização de funcionamento
163/10 22/06/10 pág. 09	**Conselheira Zilma de Moraes Ramos de Oliveira**	Núcleo de Educação Infantil Espacial	Recurso contra o indeferimento do pedido de autorização de funcionamento
164/10 22/06/10 pág. 09	**Conselheira Maria Lúcia Marcondes C. Vasconcelos**	SME/DOT/EJA	Relatório das atividades desenvolvidas em 2008 nos CIEJA
165/10 22/06/10 pág. 09	**Conselheira Maria Auxiliadora Albergaria Pereira Ravelli**	Luís Roberto Beserra de Paiva	Análise de diploma para lecionar em escolas destinadas a portadores de deficiência auditiva

OBSERVAÇÃO
Conheça outras atividades desenvolvidas pelo CME neste 1º semestre de 2010

28/01/10 – Apresentação do Conselheiro Ocimar Munhoz Alavarse sobre "Evaluation 2009, the Annual Conference of American Associationof Evaluation", ocorrido no período de 9 a 15 de novembro de 2009, em Orlando, Flórida, Estados Unidos.

18/02/10 – Apresentação da Conselheira Regina Célia Lico Suzuki e da Conselheira Zilma de Moraes Ramos de Oliveira sobre o vídeo "Conviver e Aprender", produzido pela Fundação Padre Anchieta, que foi distribuído para todas as unidades escolares da rede municipal, como um dos subsídios para a reunião pedagógica de organização em 2010.

Participação da Conselheira Carmen Beatriz Stroisch na Comissão organizadora do Prêmio Paulo Freire da Qualidade do Ensino Municipal, promovido pela Câmara Municipal de São Paulo.

11/03/10 - Apresentação da Conselheira Regina Célia Lico Suzuki, Diretora de Orientação Técnica da Secretaria Municipal de Educação, sobre a proposta da DOT para os próximos três anos, incluindo o trabalho desenvolvido pela equipe de educação especial.

18/03/10 - Apresentação da Professora Silvana Lucena dos Santos Drago, responsável pela equipe do Núcleo de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação sobre o trabalho que está sendo desenvolvido na SME com relação à educação especial.

16/04/10 – Posse de Conselheiros para integrarem o CME. A Conselheira Maria Lúcia Marcondes Carvalho Vasconcelos foi eleita Presidente e, a Conselheira Carmen Vitória Amato Annunziato, Vice-Presidente, para o biênio 2010-2012.

abril/10 - Foram formadas Comissões Temporárias para: a) Estudo de procedimentos quanto a recursos contra o indeferimento de pedido de autorização de funcionamento: Conselheiros Ocimar Munhoz Alavarse (Presidente da Comissão), Júlio Gomes de Almeida, Marcos Mendonça e Yara Aparecida Mattioli; b) Estudo da Portaria SME nº 1.825/10, que estabelece disposições transitórias para a celebração e aditamento de convênio de Educação Especial no âmbito da Secretaria Municipal de Educação: Conselheiros Zilma (Presidente da Comissão), Carmen Vitória Annunziato e Marcos Mendonça, da CEB e Conselheiros José Augusto Dias e Sueli Aparecida de Paula Mondini, da CNPAE; c) Estudo acerca da admissibilidade de recursos contra o indeferimento de pedido de autorização de funcionamento: Conselheiros Hilda Martins Ferreira Piaulino (Presidente) e Marcos Mendonça.

06/05/10 - Apresentação da professora Rosana Aparecida Argento, coordenadora do Núcleo de Avaliação Educacional da Secretaria Municipal de Educação, sobre os objetivos e os resultados da Prova São Paulo 2009.

17/06/10 - Apresentação da fonoaudióloga Mônica Petit Madrid, diretora do Conselho Regional de Fonoaudiologia de São Paulo e Presidente da Comissão de Educação da entidade, sobre a atuação fonoaudióloga na educação

ARTIGO

O Estado de S. Paulo 14/06/2010 Segunda-feira

Editorial

O Plano Municipal de Educação

Com o objetivo de discutir mais de 3 mil propostas para a formulação de um Plano Municipal de Educação, a Prefeitura de São Paulo realizará uma conferência no Palácio de Convenções do Anhembi, entre os dias 18 e 20 de junho. Embora a elaboração do Plano seja uma exigência legal que existe desde 2001, os prefeitos que dirigiram a cidade nos últimos nove anos descumpriram essa determinação, alegando não disporem de recursos orçamentários suficientes para implementá-la.

A realização da conferência tornou-se possível por causa da mobilização de associações de pais e mestres, de entidades comunitárias, de sindicatos, de órgãos empresariais, de movimentos sociais e de ONGs que defendem os direitos das crianças e dos adolescentes. Além de cobrar o cumprimento da legislação pela Prefeitura, eles ajudaram a elaborar um diagnóstico de cada um dos 96 distritos e das 31 subprefeituras da cidade de São Paulo e colocaram todos os relatórios, mapas, indicadores e estatísticas na internet – iniciativa que contou com o apoio de institutos sociais mantidos por grandes empresas privadas e de ONGs com atuação mundial.

Depois de muita pressão, em 2007 a Secretaria Municipal da Educação negociou com o Grupo de Trabalho de Educação, do Movimento Nossa São Paulo, um cronograma para a elaboração do Plano. A partir de 2008, depois da formação de uma comissão organizadora integrada por cem pessoas, indicadas pela Prefeitura e pela sociedade civil, foram realizadas as primeiras reuniões com os setores interessados. Em 2009 foi convocada uma comissão executiva de 24 membros para preparar a conferência e colher as propostas. E, nos últimos meses, foram realizados cerca de 2 mil encontros preparatórios com a presença de milhares de professores, especialistas em pedagogia, gestores públicos, líderes comunitários e pais de alunos.

De todo esse esforço resultaram as 3 mil propostas que serão avaliadas pela Conferência Municipal de Educação. Como muitas sugestões são repetidas e várias são incompatíveis entre si, aquelas que forem selecionadas na próxima semana serão fundidas num projeto de lei a ser enviado, ainda este ano ou o mais tardar no início de 2011, para apreciação da Câmara Municipal.

Vão ser agora discutidas num Congresso as mais de 3 mil propostas recebidas sobre o tema

O Plano Municipal de Educação deve ser um documento orientador de políticas públicas, definindo, com força de lei, as prioridades do setor no prazo de dez anos. Elas têm de ser obrigatoriamente seguidas pelas autoridades municipais. Introduzido originariamente pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o objetivo do Plano é assegurar a continuidade das políticas educacionais, evitando que cada prefeito, ao assumir o mandato, modifique ou até revogue tudo o que foi feito por seu antecessor. Além de estabelecer metas para a rede escolar pública de ensino fundamental, o Plano fixa diretrizes que orientam os colégios da rede privada.

A educação infantil, que sempre careceu de recursos e de oferta de vagas, é o ciclo de ensino que recebeu o maior número de sugestões – cerca de um terço do total. Os setores interessados pleiteiam a universalização do atendimento para crianças de até 6 anos, construção de novas unidades, redução do número de alunos por educador e a presença de enfermeiros nas escolas. O ensino fundamental recebeu mais de 450 propostas, várias delas buscando zerar as taxas de evasão e de reprovação até 2012 e ampliar escolas, reformar quadras e construir mais salas de leitura e anfiteatros. Das 300 propostas para a valorização do magistério público, destacam-se as que reivindicam um novo modelo de gratificação e a introdução, até 2011, de programas permanentes de formação e qualificação de professores.

O acesso à escola melhorou significativamente na última década, mas a qualidade do ensino fundamental continuou insatisfatória, o que prejudica a formação e a ascensão social dos alunos – principalmente os da rede escolar pública. A Conferência Municipal de Educação é uma oportunidade para promover a melhoria do ensino na maior cidade do País.

DESTAQUES

Leia a seguir os principais destaques da SME /DOT no 1º semestre 2010, apresentados por sua Diretora, profª Regina Célia Lico Suzuki:

Formação Continuada para profissionais da educação : foram oferecidas 19.193 vagas em 221 cursos pelas SME/DOT e Diretorias Regionais de Educação. Alguns dos cursos oferecidos: As mídias no Universo Infantil; Intervenções didáticas e a resolução de problemas do campo multiplicativo; Cursos básicos de libras; Curso para implementação e consolidação das Orientações Curriculares em todas as áreas de conhecimento CII;Formação de LP : Práticas de leitura e escrita; O papel do conhecimento didático na prática do Coordenador Pedagógico; Nas Ondas do rádio; Inglês Instrumental para EJA; Ao pé da letra; Narrativas Infantis, etc.

Acompanhamento e avaliação da implementação dos programas e Gestão da U.E – Foram realizados 4 encontros com Grupo Referência de Supervisores Escolares com o objetivo de construir indicadores de acompanhamento da ação. Esse trabalho gerou documento de auto avaliação das U.E. O documento de auto avaliação vai ser responsável por gerar informações importantes para os ajustes no planejamento da ação para 2011 nas diferentes instâncias da REDE (SME/DRE/U.E).

Produção e distribuição de recursos didáticos: Foram distribuídos no 1º semestre de 2010 os Cadernos de Apoio Pedagógico de LP e Matemática para todos os alunos e professores do Ensino Fundamental. Perfazendo um total de 1 milhão de livros para os alunos e aproximadamente 24.000 exemplares para os professores. No 1º semestre encerramos também a produção de documentos de “Orientação didática – nas áreas de conhecimento para EJA”; “Orientação didática para Educação Etnicorracial”; “Orientações Curriculares e proposição de expectativas de aprendizagem em Tecnologia da Informação e Comunicação”; Almanaque 75 anos da Educação Infantil.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Maria Lúcia Marcondes C.Vasconcelos
Presidente

Rodolfo Osvaldo Konder
Jornalista responsável e Conselheiro

Regina Celia Lico Suzuki
Texto

Joseane Ferreira / DOT / SME
Projeto gráfico e Editoração